



Síntese de Legislação

Nº 2 | De 15-01-2026 a 28-01-2026



LEGISLAÇÃO NACIONAL

APROVA O TRAÇADO PARA A DUPLICAÇÃO INTEGRAL E A REQUALIFICAÇÃO DO IP3 E A13/IC3

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2026- Diário da República n.º 11/2026, Série I de 2026-01-16](#)

Aprova o traçado para a duplicação integral e a requalificação do IP3 e A13/IC3 e determina a adoção das ações subseqüentes pela Infraestruturas de Portugal, S. A.

PROCEDE À PRIMEIRA ALTERAÇÃO À PORTARIA N.º 299/2016, DE 29 DE NOVEMBRO

[Portaria n.º 17/2026/1- Diário da República n.º 11/2026, Série I de 2026-01-16](#)

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 299/2016, de 29 de novembro, que aprova a tramitação do procedimento concursal para recrutamento para as carreiras e categorias do Corpo da Guarda Prisional.

CRIA A COMISSÃO TÉCNICA INDEPENDENTE PARA AVALIAÇÃO DOS INCÊNDIOS DE AGOSTO DE 2025 EM TERRITÓRIO DE PORTUGAL CONTINENTAL

[Lei n.º 5/2026- Diário da República n.º 12/2026, Série I de 2026-01-19](#)

Cria a Comissão Técnica Independente para avaliação dos incêndios de agosto de 2025 em território de Portugal continental.

PROCEDE À PRIMEIRA ALTERAÇÃO DA PORTARIA N.º 104/2024/1, DE 14 DE MARÇO

[Portaria n.º 18/2026/1- Diário da República n.º 13/2026, Série I de 2026-01-20](#)

Procede à primeira alteração da Portaria n.º 104/2024/1, de 14 de março, que estabelece os termos do financiamento aplicável ao regime de dispensa em proximidade de medicamentos e produtos de saúde prescritos para ambulatório hospitalar, no âmbito dos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde, aos quais compete garantir a prestação de cuidados hospitalares.

ALTERA A PORTARIA N.º 302/2024/1, DE 25 DE NOVEMBRO

[Portaria n.º 19/2026/1- Diário da República n.º 13/2026, Série I de 2026-01-20](#)

Altera a Portaria n.º 302/2024/1, de 25 de novembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 45/2024/1, de 30 de dezembro, e alterada pela Portaria n.º 364/2025/1, de 22 de outubro.

Síntese de Legislação

SEGUNDA ALTERAÇÃO À PORTARIA N.º 38-A/2023, DE 2 DE FEVEREIRO

[Portaria n.º 20/2026/1- Diário da República n.º 13/2026, Série I de 2026-01-20](#)

Segunda alteração à Portaria n.º 38-A/2023, de 2 de fevereiro, procedendo à revisão do regime de articulação interinstitucional para efeitos de avaliação, encaminhamento, gestão de vagas e acolhimento de pessoas que, por motivos sociais, permanecem internadas após alta clínica em hospital do Serviço Nacional de Saúde, incluindo o enquadramento das unidades e camas intermédias.

PROCEDE À EXTINÇÃO, POR FUSÃO, DA SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

[Decreto-Lei n.º 10/2026- Diário da República n.º 14/2026, Série I de 2026-01-21](#)

Procede à extinção, por fusão, da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

REESTRUTURA A CASA PIA DE LISBOA

[Decreto-Lei n.º 11/2026- Diário da República n.º 14/2026, Série I de 2026-01-21](#)

Reestrutura a Casa Pia de Lisboa.

PROCEDE À PRIMEIRA ALTERAÇÃO À PORTARIA N.º 335-A/2023, DE 3 DE NOVEMBRO

[Portaria n.º 21/2026/1- Diário da República n.º 14/2026, Série I de 2026-01-21](#)

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 335-A/2023, de 3 de novembro, que define e estabelece os termos e as condições para o descanso do cuidador informal, e cria o projeto-piloto da Bolsa de Cuidadores, que visa assegurar a continuidade dos cuidados à pessoa cuidada em situações de ausência temporária do cuidador informal.

PROCEDE À CRIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE ACESSO A CONSULTA E CIRURGIA

[Decreto-Lei n.º 12/2026- Diário da República n.º 15/2026, Série I de 2026-01-22](#)

Procede à criação do Sistema Nacional de Acesso a Consulta e Cirurgia.

Síntese de Legislação

REGULA A DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS RELATIVOS À MOBILIDADE ELÉTRICA PELOS OPERADORES DE PONTOS DE CARREGAMENTO (OPC)

[Portaria n.º 31/2026/1- Diário da República n.º 16/2026, Série I de 2026-01-23](#)

Regula a disponibilização de dados relativos à mobilidade elétrica pelos operadores de pontos de carregamento (OPC) à Entidade Agregadora de Dados para a Mobilidade Elétrica (EADME), bem como a agregação e transmissão desses dados pela EADME ao Ponto de Acesso Nacional, prevista no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 93/2025, de 14 de agosto, que estabelece o regime jurídico da mobilidade elétrica, aplicável à organização, acesso e exercício das atividades relativas à mobilidade elétrica.

APROVA OS ESTATUTOS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, QUALIDADE E AVALIAÇÃO, I. P., ABREVIADAMENTE DESIGNADO POR EDUQA, I. P.

[Portaria n.º 31-A/2026/1- Diário da República n.º 16/2026, Suplemento, Série I de 2026-01-23](#)

Aprova os Estatutos do Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação, I. P., abreviadamente designado por EduQA, I. P.

ADAPTA A ORDEM JURÍDICA INTERNA AO REGULAMENTO (UE) 2021/784, RELATIVO AO COMBATE À DIFUSÃO DE CONTEÚDOS TERRORISTAS EM LINHA

[Decreto-Lei n.º 25/2026- Diário da República n.º 19/2026, Série I de 2026-01-28](#)

Adapta a ordem jurídica interna ao Regulamento (UE) 2021/784, relativo ao combate à difusão de conteúdos terroristas em linha.

PROCEDE À SEGUNDA ALTERAÇÃO À PORTARIA N.º 275/2010, DE 19 DE MAIO

[Portaria n.º 44/2026/1- Diário da República n.º 19/2026, Série I de 2026-01-28](#)

Procede à segunda alteração à Portaria n.º 275/2010, de 19 de maio, que fixa os valores das taxas devidas pelos serviços prestados pelos organismos, no âmbito dos ministérios responsáveis pelas áreas laboral e da saúde, competentes para a promoção da segurança e saúde no trabalho.

APROVA REGRAS DE TRANSPARÊNCIA APLICÁVEIS A ENTIDADES PRIVADAS, NACIONAIS E ESTRANGEIRAS E CRIA O REGISTO DE TRANSPARÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES

[Lei n.º 5-A/2026- Diário da República n.º 19/2026, Suplemento, Série I de 2026-01-28](#)

Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas, nacionais e estrangeiras, que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e cria o Registo de Transparência da Representação de Interesses.

Síntese de Legislação

LEGISLAÇÃO EUEOPEIA

REGULA O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA AERONAVEGABILIDADE, O CERTIFICADO DE AERONAVEGABILIDADE E A COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIAS

[Regulamento de Execução \(UE\) 2026/100 da Comissão, JO L, 2026/90031, 19.1.2026](#)

Altera os Regulamentos (UE) n.º 748/2012 e (UE) n.º 1321/2014 no que diz respeito ao processo de avaliação da aeronavegabilidade, ao certificado de aeronavegabilidade e à comunicação de ocorrências e retifica o Regulamento (UE) n.º 1321/2014.

AJUSTA O REGIME DA EMPRESA COMUM PARA A COMPUTAÇÃO EUROPEIA DE ALTO DESEMPENHO (EuroHPC)

[Regulamento \(UE\) 2026/150 do Conselho, JO L, 2026/90031, 19.1.2026](#)

Altera o Regulamento (UE) 2021/1173, ajustando o regime da Empresa Comum para a Computação Europeia de Alto Desempenho (EuroHPC), com vista a reforçar/atualizar a sua governação e objetivos, incluindo a componente das “gigafábricas”.

ALTERA CLASSIFICAÇÃO NUTS E UNIDADES ADMINISTRATIVAS LOCAIS

[Regulamento Delegado \(UE\) 2026/195 da Comissão, JO L, 2026/195, 27.1.2026](#)

Altera classificação NUTS e unidades administrativas locais.

APTIDÃO MÉDICA: EXAMES PRÁTICOS E HOMOLOGAÇÃO DE SIMULADORES

[Regulamento Delegado \(UE\) 2026/118 da Comissão, JO L, 2026/211, 23.1.2026](#)

Complementa a Diretiva (UE) 2017/2397 do Parlamento Europeu e do Conselho estabelecendo as normas de competência e os conhecimentos e aptidões correspondentes, para os exames práticos, a homologação de simuladores e a aptidão médica e que revoga a Diretiva Delegada (UE) 2020/12 da Comissão.

189 anos
ao lado das empresas,
da economia e do país



www.aip.pt